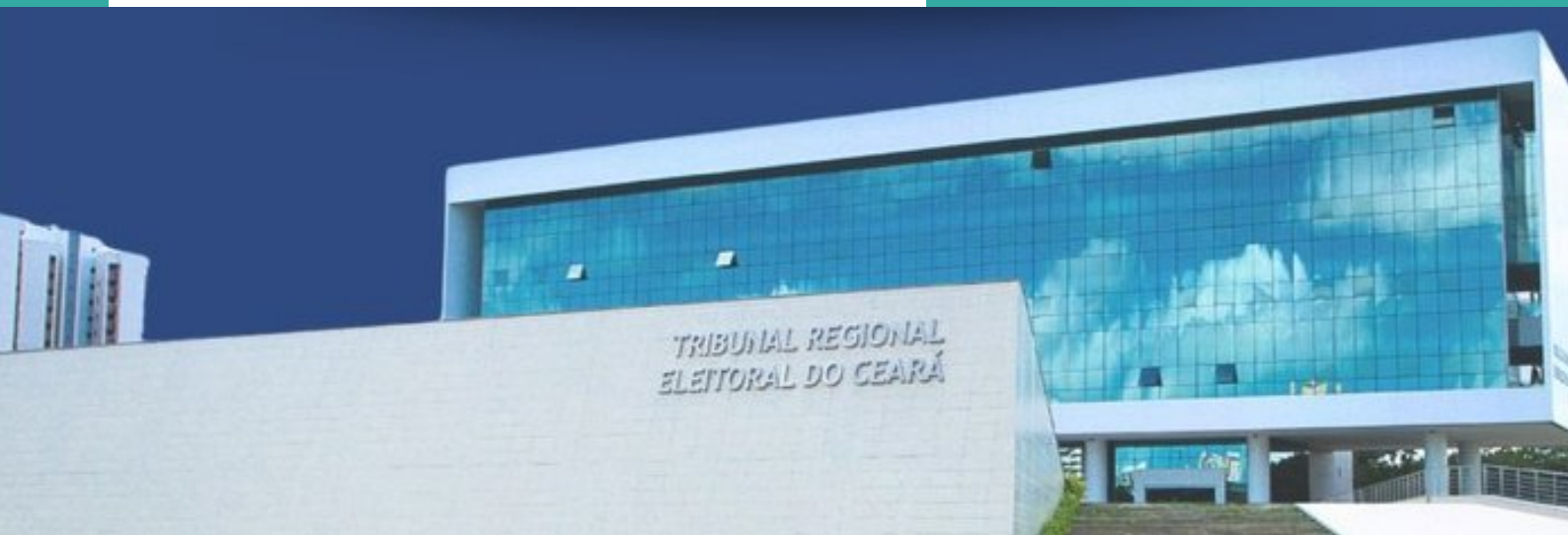




Tribunal Regional Eleitoral
do Ceará

PDTIC 2021-2026

REVISÃO - ANO FINAL



JANEIRO DE 2026

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2021-2026

RELATÓRIO DE REVISÃO FINAL - 2026

Maria Iraneide Moura Silva
Desembargadora Presidente

Emanuel Leite Albuquerque
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

José Maximiliano Machado Cavalcanti
Desembargador Eleitoral

Antônio Edilberto Oliveira Lima
Desembargador Eleitoral

José Cavalcante Júnior
Desembargador Eleitoral

Wilker Macêdo Lima
Desembargador Eleitoral Substituto

Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos
Desembargador Eleitoral Substituto

Celso Costa Lima Verde Leal
Procurador Regional Eleitoral

Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes
Diretora-Geral

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2021-2026

RELATÓRIO DE REVISÃO FINAL - 2026

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Francisco Naftali Aires Pedrosa
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Jonas de Araújo Luz Junior
Coordenador de Gestão e Governança de TIC

José Correia do Nascimento
Coordenador de Infraestrutura de TIC

João Alfredo Pinto Moreira Farias Fortuna
Coordenador de Sistemas

Fábio Barroso Brito
Assessor de Cibersegurança

Chefes de Seção

Antônio Nogueira de Oliveira Filho
COGOV - Seção de Projetos e Processos de TIC

Ésio Lima Verde
COGOV - Seção de Gestão e Administração de TIC

Carlos Eduardo da Silveira
COINT - Seção de Suporte a Redes

Carlos Henrique Coutinho Rodrigues
COINT - Seção de Ativos de TIC

Flávio Moreira de Oliveira
COINT – Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário

Luiz Aires de Sousa Neto
COSIS - Seção de Administração de Dados e BI

Luis Renne Alves Bandeira
COSIS - Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas

Ronyerisson Brito Sales
COSIS - Seção de Gestão Web

Gestores de Núcleos

Dehon Charles Régis Nogueira
COSIS - Núcleo de Implantação de Sistemas

Fernando Moura Linhares
COSIS - Núcleo de Inteligência Artificial

Sumário

1.1.	Contexto	1
1.2.	Finalidade e objetivos.....	1
1.3.	Escopo da revisão 2026	1
1.4.	Público-alvo	2
1.5.	Referenciais adotados.....	2
2.1.	PTE – Plano de Trabalho da Entic-Jud.....	3
2.1.1.	Participar do Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral	3
2.1.2.	Melhoria e Divulgação do iGovTIC-JUD	3
2.1.3.	Iniciativas relacionadas às Estruturas Organizacionais de TIC.....	3
2.1.4.	Iniciativas relacionadas à Gestão de Pessoas e Talentos em TIC.....	4
2.1.5.	Iniciativas relacionadas ao Alinhamento e Publicação de Planos (PDTIC/ENTIC)	4
2.1.6.	Extinção do Plano Estratégico de TIC (PETIC)	4
2.1.7.	Iniciativas relacionadas aos Comitês de Governança e Gestão (CGovTIC e CGTIC) 4	
2.1.8.	Estruturar Escritório de Projetos de TIC.....	4
2.1.9.	Iniciativas relacionadas aos Planos de Continuidade e de Riscos	5
2.1.10.	Iniciativas relacionadas à Segurança da Informação e Comitê Gestor de Segurança da Informação (CSI).....	5
2.1.11.	Iniciativas relacionadas ao Comitê Gestor da LGPD	5
2.1.12.	Iniciativas relacionadas aos Processos de Aquisições e Contratações.	5
2.1.13.	Iniciativas relacionadas ao Padrão Nacional de Login e PDPJ.....	6
2.1.14.	Iniciativas relacionadas à Adoção de Serviços em Nuvem	6
2.1.15.	Classificar Sistemas Estratégicos.....	6
2.1.16.	Desenvolvimento de Novos Sistemas (Requisitos Art. 33)	6
2.1.17.	Gestão de Ativos de Infraestrutura.....	6
2.1.18.	Documentos Digitais.....	6

2.1.19.	Iniciativas relacionadas às Pesquisas de Satisfação.....	7
2.1.20.	Melhorar Serviços ao Cidadão.....	7
2.1.21.	Governança de Serviços de TIC.....	7
2.1.22.	Iniciativas ligadas ao Plano Anual de Capacitações (PAC).....	7
2.1.23.	Instituir Plano de Transformação Digital (PTD)	7
2.1.24.	Iniciativas relacionadas aos Canais e Serviços Digitais	8
2.2.	PTS – Plano de Trabalho de Segurança (Ensec-PJ).....	8
2.2.1.	Iniciativas relacionadas à Prevenção de Incidentes Cibernéticos.....	8
2.2.2.	Iniciativas relacionadas à Gestão de Crises Cibernéticas.....	8
2.2.3.	Iniciativas relacionadas à Investigação de Ilícitos Cibernéticos.....	8
2.2.4.	Iniciativas relacionadas à Adequação à LGPD.....	8
2.3.	PDI – Plano de Demandas Internas.....	9
2.3.1.	Atualizar ferramenta de gestão da Intranet.....	9
2.3.2.	Iniciativas relacionadas a Bancos de Dados e Consultas.....	9
2.3.3.	Iniciativas relacionadas ao Desenvolvimento de Sistemas Administrativos.....	9
2.3.4.	Sistema de Portfólio de Sistemas.....	9
2.3.5.	Iniciativas relacionadas ao Atendimento a Normativos e Eleições.....	9
2.3.6.	Iniciativas de reescrita de sistemas (Agendabio e SISUB).....	10
2.3.7.	Solução de Armazenamento de Longo Prazo	10
2.3.8.	Iniciativas relacionadas à Implantação de Sistemas Legais e Administrativos.....	10
2.3.9.	Normativo de Correio e Internet	10
2.3.10.	Iniciativas vinculadas à Gestão de Serviços e Projetos.....	10
2.3.11.	Arquitetura de Autenticação e Autorização de Sistemas	10
2.3.12.	Solução de Backup.....	10
2.3.13.	Plano de Contratações de TIC.....	11
2.3.14.	Apoio ao PJe.....	11
2.3.15.	Business Intelligence (BI)	11

2.3.16.	Iniciativas relacionadas a Certificados e Acesso Remoto.....	11
2.3.17.	Suporte à Infraestrutura.....	11
2.3.18.	Data Center e Nova Sede.....	11
2.3.19.	Links de Backup para Zonas Eleitorais.....	12
2.3.20.	Videoconferência Corporativa.....	12
2.4.	Iniciativas do PDTIC não concluídas até 2025.....	12
3.1.	Premissas metodológicas.....	14
3.2.	Insumos e bases de evidência.....	14
3.3.	Processo de revisão	14
3.4.	Critérios de priorização e decisão.....	15
3.5.	Priorizações das Demandas.....	17
5.1.	Princípios e exigências de acompanhamento.....	29
5.2.	Estrutura de governança e papéis	29
5.2.1.	Instâncias e responsabilidades:.....	29
5.3.	Rotina de monitoramento e cadência	30
5.4.	Painel de acompanhamento e artefatos de evidência	30
5.5.	Gestão de indicadores (KRs) e critérios de apuração	31
5.6.	Gestão de desvios, mudanças e replanejamento.....	31
5.7.	Transparência e integração com avaliação nacional	31
6.1.	Referencial mínimo de gestão de riscos e continuidade	32
6.2.	Premissas (assunções) para o exercício de 2026.....	32
6.3.	Dependências críticas (2026).....	33
6.4.	Registro de riscos 2026 (matriz consolidada)	33
6.5.	Tratamento e monitoramento dos riscos.....	35
7.1.	Contexto e objetivo	36
7.2.	Continuidade de iniciativas estruturantes e recorrentes.....	36
7.2.1.	Revisão periódica de planos e processos.....	36
7.2.2.	Manutenção de rotinas de publicação de documentos e artefatos..	36
7.2.3.	Monitoramento e avaliação contínua.....	37

7.3. Planos-produto e detalhamento por processos específicos (até março/2026).....	37
7.4. Encaminhamentos para iniciar o PDTIC 2027-2031.....	37
7.5. Resultado esperado da transição.....	38

1. Introdução

1.1. Contexto

Este documento consolida a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021–2026 para seu ano final (2026). A revisão busca assegurar que o planejamento de TIC para 2026 permaneça:

- alinhado à estratégia institucional e às prioridades finalísticas do Tribunal;
- aderente às diretrizes nacionais de governança e gestão de TIC do Poder Judiciário, em especial à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e demais normativos aplicáveis;
- orientado por necessidades atualizadas, formalizadas no Inventário de Necessidades priorizado e aprovado na instância competente de governança;
- executável e monitorável, por meio de iniciativas, entregáveis, indicadores e mecanismos de acompanhamento.

1.2. Finalidade e objetivos

A finalidade desta revisão é atualizar o conjunto de ações e entregas de TIC para 2026, preservando a coerência do ciclo 2021–2026 e ajustando o foco para:

1. atendimento às necessidades priorizadas e vigentes para 2026;
2. conclusão e/ou consolidação das iniciativas previstas no PDTIC original que permanecem pertinentes;
3. adequação do portfólio às condições atuais (capacidade, orçamento, dependências, riscos e obrigações normativas);
4. manutenção de rastreabilidade entre necessidades, ações e resultados (indicadores/metasp).

1.3. Escopo da revisão 2026

Esta revisão cobre:

- Revisão dos itens concluídos do PDTIC 2021-2026.
- Inventário de necessidades (base para seleção e priorização de ações);
- Mapeamento de rastreabilidade entre necessidades e ações/atividades do PDTIC 2021–2026;

-
- Identificação de ações no inventário de necessidades atualizado sem correspondência na lista de iniciativas original do PDTIC 2021-2026, para eventual inclusão no plano para 2026.
 - Consolidação do Plano de Ação 2026, com entregáveis e prazos para execução e monitoramento.

Ficam fora do escopo: redefinição estrutural ampla do ciclo 2021-2026, revisão integral do planejamento estratégico institucional ou reestruturação organizacional não relacionada diretamente à execução de iniciativas de TIC.

1.4. Público-alvo

Este documento destina-se a:

- Alta Administração;
- instâncias de governança de TIC (CGovTIC e CGTIC);
- unidades demandantes e áreas finalísticas;
- unidades de TIC responsáveis pela execução e sustentação dos serviços.

1.5. Referenciais adotados

A revisão observa:

- diretrizes nacionais de governança e gestão de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD e normativos correlatos);
- boas práticas de governança, gestão de serviços e segurança da informação;
- princípios de gestão de riscos, conformidade e proteção de dados pessoais (LGPD) aplicáveis aos serviços e projetos de TIC.

2. Resultados do PDTIC 2021-2026

As iniciativas do PDTIC 2021-2026 original foram as diretrizes das ações da STI ao longo do quinquênio 2021-2025. Este capítulo apresenta um apanhado dos resultados obtidos a partir dos temas relacionados às iniciativas concluídas dentre as originalmente previstas no plano.

2.1. PTE – Plano de Trabalho da Entic-Jud

2.1.1. Participar do Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Eleitoral

Esta iniciativa visava engajar o Tribunal no desenvolvimento de soluções inovadoras em conformidade com as diretrizes da Justiça Eleitoral.

Resultado: Embora o TRE/CE tenha integrado equipes nacionais de desenvolvimento colaborativo, essas iniciativas foram descontinuadas pelo TSE. Não obstante, soluções de sistemas desenvolvidas pelo TRE/CE foram compartilhadas e adotadas nacionalmente, como foi o caso do Sistema de Gestão de Estagiários (SGE).

2.1.2. Melhoria e Divulgação do iGovTIC-JUD

O objetivo era identificar itens do questionário de governança que não estavam plenamente adotados e promover a divulgação dos resultados.

Resultado: As ações foram finalizadas com 100% de execução, sob responsabilidade da STI através da COGOV e da SPE e ASPEG. Esta iniciativa deve se converter em ação para o próximo ciclo do PDTIC, relativa ao monitoramento sistemático do iGovTIC.

2.1.3. Iniciativas relacionadas às Estruturas Organizacionais de TIC

Estas ações focaram na adequação da estrutura da STI aos macroprocessos da Resolução CNJ 370/2021, privilegiando a departamentalização por função e níveis hierárquicos adequados.

Resultado: As estruturas foram atualizadas por meio de reestruturação, foram realizados esforços de análise de rotatividade. Com relação à gestão de ativos, a mais recente reestruturação recuperou a unidade técnica da Seção de Gestão de Ativos de TIC (SATIC), para realização desta atividade, tendo-se também implantado ferramenta de software específica para gestão dos ativos de TIC.

2.1.4. Iniciativas relacionadas à Gestão de Pessoas e Talentos em TIC

O foco era manter a coordenação de TIC com servidores do quadro permanente, dimensionar a força de trabalho (DFT) e promover a retenção de talentos.

Resultado: Implementou-se o "*Programa Valoriza TIC*" (Portaria 715/2024) e realizou-se a análise de rotatividade. Atualmente, a maioria das funções de chefia é ocupada por servidores efetivos.

2.1.5. Iniciativas relacionadas ao Alinhamento e Publicação de Planos (PDTIC/ENTIC)

Este conjunto de iniciativas visava alinhar o planejamento local à estratégia nacional, elaborando e enviando os planos de trabalho ao CNJ.

Resultado: Todos os planos obrigatórios (PDTIC, Plano de Trabalho) foram elaborados e publicados com sucesso na plataforma Connect-Jus do CNJ. A revisão de todos os planos deverá ser realizada em 2026, dentro do escopo de transição para construção de novos planos para o próximo ciclo de gestão.

2.1.6. Extinção do Plano Estratégico de TIC (PETIC)

O objetivo era migrar as linhas estratégicas do antigo PETIC para o novo PDTIC.

Resultado: A ação foi concluída com a adoção oficial do PDTIC como o plano diretor vigente.

2.1.7. Iniciativas relacionadas aos Comitês de Governança e Gestão (CGovTIC e CGTIC)

Visavam revisar os atos de instituição e manter o funcionamento regular dos comitês de Governança e de Gestão de TIC.

Resultado: Foram instituídos o CGovTIC (Portaria 575/2024) e o CGTIC (Portaria 576/2024), mantendo-se reuniões com periodicidade mensal e quinzenal, respectivamente.

2.1.8. Estruturar Escritório de Projetos de TIC

A meta era instituir um escritório responsável pela sustentação da metodologia de gerenciamento de projetos.

Resultado: A iniciativa foi concluída com a criação, dentro da estrutura da Coordenadoria de Governança e Gestão de TIC (COGOV), da Seção de Projetos de TIC (SPROJ), que realizou a revisão da metodologia de gerenciamento de projetos de TIC.

2.1.9. Iniciativas relacionadas aos Planos de Continuidade e de Riscos

Definir políticas e processos para a gestão de continuidade de negócios e gestão de riscos de TIC.

Resultado: Ambos os planos (Continuidade e Riscos) foram elaborados e publicados na plataforma ConnectJus.

2.1.10. Iniciativas relacionadas à Segurança da Informação e Comitê Gestor de Segurança da Informação (CSI).

Fomentar práticas de segurança, revisar a Política de Segurança da Informação (PSI) e manter o comitê gestor da área.

Resultado: O Comitê Gestor de Segurança da Informação foi instituído (Portaria 305/2024) com reuniões trimestrais. A revisão da PSI está alinhada à Resolução TSE nº 23.644/2021, com nova revisão prevista para o próximo ciclo de gestão.

2.1.11. Iniciativas relacionadas ao Comitê Gestor da LGPD

Constituir e manter um comitê institucional para tratar da Lei Geral de Proteção de Dados.

Resultado: O Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD) foi instituído pela Portaria Nº 827/2022, reunindo-se sob demanda em casos de incidentes ou regulação.

2.1.12. Iniciativas relacionadas aos Processos de Aquisições e Contratações

Promover a aderência das aquisições às normas do CNJ e disponibilizar artefatos no repositório nacional.

Resultado: Os artefatos de contratação foram disponibilizados no ConnectJus. O processo de aquisição de TIC foi revisado, devendo sê-lo novamente no próximo ciclo, considerando o desenvolvimento de um sistema de Gestão de Contratos pela COSIS.

Uso de Sistemas Nacionais Colaborativos

Fomentar a utilização de sistemas desenvolvidos de forma colaborativa no Judiciário.

Resultado: O tribunal não só adotou e utiliza sistemas desenvolvidos por outros TREs, como o Athena, mas também desenvolveu o Sistema de Gerenciamento de Estagiários (SGE), adotado nacionalmente pela Justiça Eleitoral.

2.1.13. Iniciativas relacionadas ao Padrão Nacional de Login e PDPJ

Adotar o login único e atender às diretrizes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ - Resolução 335/2020).

Resultado: A integração com a PDPJ foi efetivada, incluindo a implantação de protocolos avançados de segurança e autenticação multifator (MFA).

2.1.14. Iniciativas relacionadas à Adoção de Serviços em Nuvem

Seguir diretrizes para adoção de arquitetura em nuvem e fomentar seu uso preferencial.

Resultado: A iniciativa foi aperfeiçoada e concluída com a contratação de nuvem SaaS (Microsoft 365) e IaaS (SERPRO Multicloud), a qual é utilizada, primordialmente, para implantação de modelos de Inteligência Artificial (IA) do tipo *Large Language Models (LLM)*.

2.1.15. Classificar Sistemas Estratégicos

Identificar e aprovar a classificação dos sistemas considerados estratégicos para o negócio.

Resultado: Os sistemas Eleitorais, Judiciais e Administrativos foram classificados como estratégicos e constam no Plano de Continuidade de Negócio institucional.

2.1.16. Desenvolvimento de Novos Sistemas (Requisitos Art. 33)

Adequar o processo de desenvolvimento para incluir requisitos como portabilidade, interoperabilidade e acessibilidade.

Resultado: Foi adotado um processo de desenvolvimento que implementa requisitos de portabilidade, acessibilidade (eMag) e atualização documental.

2.1.17. Gestão de Ativos de Infraestrutura

Definir processos para registro e monitoramento da localização de ativos de TIC.

Resultado: A estrutura organizacional necessária foi reestabelecida com a criação da SATIC, subordinada à Coordenadoria de Infraestrutura (COINT), e com a aquisição de software específico para esta finalidade.

2.1.18. Documentos Digitais

Criar mecanismos para atender normas de gestão documental e proteção de dados.

Resultado: Do ponto de vista da tecnologia, a STI promoveu a atualização do sistema de Processos Administrativos (SEI) e, por meio de aquisição de equipamentos e software específico de cibersegurança, melhorou a proteção dos dados em nível de rede e bancos de dados.

2.1.19. Iniciativas relacionadas às Pesquisas de Satisfação

Promover, aplicar e padronizar pesquisas de satisfação e experiência do usuário.

Resultado: Foram implementados formulários via sistema SOU e pesquisas de satisfação da COGOV/STI com ocorrência bimestral, além de uso do sistema SAC-JE.

2.1.20. Melhorar Serviços ao Cidadão

Implantar estratégias para eficiência e simplificação dos serviços prestados.

Resultado: Houve um aumento efetivo do número de serviços digitais disponibilizados no portal do TRE-CE, os quais estão divulgados na Carta de Serviços do Tribunal na intranet.

2.1.21. Governança de Serviços de TIC

Adotar modelos e práticas de gerenciamento de serviços de TI.

Resultado: A governança foi fortalecida através da contratação de uma Central de Serviços de TIC dedicada.

2.1.22. Iniciativas ligadas ao Plano Anual de Capacitações (PAC)

Elaborar, divulgar e manter o Plano Anual de Capacitações de TIC no repositório nacional.

Resultado: O PAC foi elaborado e publicado com sucesso na plataforma ConnectJus do CNJ. Um novo PAC deverá ser desenvolvido para 2026 e, para o próximo ciclo, deverá se adotar um planejamento de capacitação técnica focado na formação de especialistas e gestores de TIC.

2.1.23. Instituir Plano de Transformação Digital (PTD)

Elaborar e instituir o PTD conforme diretrizes institucionais.

Resultado: O Plano de Transformação Digital foi finalizado e publicado no ConnectJus. Seu monitoramento e execução é realizado pela STI no contexto do CGTIC. O plano deverá ser revisado para 2026, considerando o surgimento de novas

demandas oriundas do Laboratório de Inovação (LIODS), inclusive relacionadas ao uso de IA.

2.1.24. Iniciativas relacionadas aos Canais e Serviços Digitais

Disponibilizar canais digitais intuitivos e ampliar a oferta de serviços digitais.

Resultado: Foram entregues o Portal da Transparência, a Carta de Serviços ao Cidadão e houve ampliação dos serviços no portal do TRE-CE.

2.2. PTS – Plano de Trabalho de Segurança (Ensec-PJ)

2.2.1. Iniciativas relacionadas à Prevenção de Incidentes Cibernéticos

Este grupo envolveu preparação, planejamento, execução e monitoramento da prevenção, incluindo revisão de normas ABNT e definição de papéis.

Resultado: As iniciativas foram concluídas com a revisão dos normativos pela Assessoria de Segurança da Informação (ASEGI).

2.2.2. Iniciativas relacionadas à Gestão de Crises Cibernéticas

Focadas na preparação de equipes, definição de planos de continuidade, infraestrutura de crise e revisão de protocolos.

Resultado: Normativos revisados e protocolos estabelecidos sob supervisão da ASEGI.

2.2.3. Iniciativas relacionadas à Investigação de Ilícitos Cibernéticos

Ações voltadas para treinamento forense, normatização de coleta de evidências, testes de protocolo e revisão anual.

Resultado: Houve a execução de testes práticos e a revisão dos normativos pertinentes.

2.2.4. Iniciativas relacionadas à Adequação à LGPD

Conjunto de ações para implementar a Lei Geral de Proteção de Dados, incluindo tratamento de dados sensíveis, anonimização, e gestão de incidentes de violação.

Resultado: As ações foram concluídas com a realização de auditorias, pesquisas de ferramentas, disponibilização de links de publicidade (intranet/internet) e acompanhamento contínuo pela ASEGI.

2.3. PDI – Plano de Demandas Internas

2.3.1. Atualizar ferramenta de gestão da Intranet

Atualização tecnológica da plataforma de gestão de conteúdo interno.

Resultado: O sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) utilizado pelo TRE/CE é adotado nacionalmente pela Justiça Eleitoral e vêm sendo sistematicamente atualizado pela área técnica, a Seção de Internet e Intranet (SEWEB), da COSIS. Uma nova atualização está prevista para 2026 e esta atividade permanecerá sendo feita sistematicamente no próximo ciclo.

2.3.2. Iniciativas relacionadas a Bancos de Dados e Consultas

Atualização de bancos internos, revisão de arquitetura, novo layout da intranet e consultas ao PJe.

Resultado: As atualizações de banco de dados foram concluídas pelo Núcleo de Banco de Dados (NBD). O desenvolvimento de consultas ao PJe ocorre conforme demanda e o layout da intranet foi finalizado.

2.3.3. Iniciativas relacionadas ao Desenvolvimento de Sistemas Administrativos

Desenvolvimento de melhorias no SIPOG, nova versão do SISCAMU e sistema para gestão de contratos (SGT).

Resultado: O sistema SGT foi entregue à SAD, a última versão do SISCAMU foi utilizada nas eleições de 2024 e as melhorias no SIPOG foram finalizadas.

2.3.4. Sistema de Portfólio de Sistemas

Desenvolver sistema para controle e consulta do portfólio de sistemas de informação.

Resultado: Foi implementado um painel de acompanhamento do portfólio de sistemas pela STI.

2.3.5. Iniciativas relacionadas ao Atendimento a Normativos e Eleições

Disponibilização de resultados das eleições e ações para atendimento de resoluções do CNJ (Nº 160, 135 e 333).

Resultado: Todas as ações legais e de suporte ao pleito eleitoral foram executadas e concluídas.

2.3.6. Iniciativas de reescrita de sistemas (Agendabio e SISUB)

Atualização tecnológica dos sistemas de agendamento biométrico e de substituições.

Resultado: A reescrita de ambos os sistemas para a nova arquitetura foi concluída.

2.3.7. Solução de Armazenamento de Longo Prazo

Estudo para implantação de solução de arquivamento (Preservação Digital).

Resultado: A iniciativa foi concluída com a definição da arquitetura ATOM.

2.3.8. Iniciativas relacionadas à Implantação de Sistemas Legais e Administrativos

Implantar eSocial-JE, módulos do PLS e Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços.

Resultado: O eSocial-JE e módulos do PLS foram implantados. Para a gestão de atas, foi desenvolvido e entregue um sistema, que acabou não sendo amplamente adotado. Atualmente, está sendo desenvolvido um novo sistema para gestão de contratos, o que deverá contemplar também as ARPs.

2.3.9. Normativo de Correio e Internet

Reavaliar as normas de uso de e-mail e acesso à rede.

Resultado: Deliberado pelo CGovTIC, resultando na implantação da solução de correio Microsoft 365.

2.3.10. Iniciativas vinculadas à Gestão de Serviços e Projetos

Contratação de suporte ao OTRS e normatização do gerenciamento de projetos.

Resultado: A contratação da Central de Serviços de TIC substituiu a necessidade anterior e a metodologia de projetos está em fase de revisão/simplificação.

2.3.11. Arquitetura de Autenticação e Autorização de Sistemas

Revisão e evolução da arquitetura de autenticação e autorização de sistemas.

Resultado: O processo de revisão do ProdSoft (Processo de Desenvolvimento de Software) para o ciclo foi realizado.

2.3.12. Solução de Backup

Aquisição de solução tecnológica para cópias de segurança.

Resultado: A aquisição de novo robôs de fita e servidores de backup foi realizada pela Assessoria de Cibersegurança (CIBER).

2.3.13. Plano de Contratações de TIC

Definir o planejamento de compras da área.

Resultado: O Plano de Contratações Anual (PCA) é anualmente elaborado e revisado.

2.3.14. Apoio ao PJe

Apoiar o desenvolvimento e evolução do PJe junto ao TSE.

Resultado: Ação de apoio concluída pela COSIS.

2.3.15. Business Intelligence (BI)

Desenvolver ambiente de BI para a estratégia do TRE/CE.

Resultado: Por meio de reestruturação organizacional, a antiga Seção de Banco de Dados foi segmentada em Núcleo de Banco de Dados (NBD) e Seção de Administração de Dados e BI (SADAD), passando a referida unidade a se especializar também em BI, com o desenvolvimento dos painéis de BI do TRE.

2.3.16. Iniciativas relacionadas a Certificados e Acesso Remoto

Manter certificados HTTPS, disponibilizar sistemas na intranet via internet e adquirir certificados digitais para magistrados.

Resultado: Certificados mantidos por meio de contratações específicas, geridas pela ASEGI. O portal ARE disponibilizado para acesso remoto com segurança de acesso através de *web application firewall (WAF)*.

2.3.17. Suporte à Infraestrutura

Contratação de serviços de suporte técnico.

Resultado: Foi realizada a contratação da Central de Serviços.

2.3.18. Data Center e Nova Sede

Migração da infraestrutura física de processamento de dados.

Resultado: A migração do datacenter da Sede Centro para a Nova Sede foi realizada com sucesso em 2023.

2.3.19. Links de Backup para Zonas Eleitorais

Estudo de viabilidade para contratação de links redundantes.

Resultado: Estudo elaborado e contemplado pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP) que prevê a contratação de backbone secundário.

2.3.20. Videoconferência Corporativa

Manter solução institucional para reuniões virtuais.

Resultado: A solução Microsoft Teams foi consolidada como ferramenta corporativa.

2.4. Iniciativas do PDTIC não concluídas até 2025

O Quadro 1 apresenta a relação de iniciativas previstas no PDTIC 2021-2026 que, até o final de 2025, ainda se encontravam em andamento ou não iniciadas, cuja conclusão é objeto da presente revisão, conforme metodologia apresentada no capítulo 3.

Quadro 1. Iniciativas do PDTIC 2021-2026 original ainda não concluídas

ID	Plano	Grupo	Ação	Demandante	Responsável	Situação	Andamento
1	PTE	1	Fomentar a utilização do ConnectJUS	CNJ	DIGER, SPE, STI	Em execução	75
7	PTE	2	Manter a estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TIC do órgão adequados às melhores práticas para as atividades consideradas como estratégicas	CNJ	DIGER, SGP e STI	Em execução	70
35	PTE	5	Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na Entic-Jud		STI	Em execução	10
43	PTE	5	Manter itens de infraestrutura tecnológica que atendam às especificações, temporalidade de uso e obsolescência a serem regulados em instrumentos aplicáveis e específicos.		STI	Em execução	90
44	PTE	5	Manter parque tecnológico compatível com a demanda		STI	Em execução	80
50	PTE	6	Aperfeiçoar os atendimentos		DIGER e STI	Em execução	85
53	PTE	6	Promover mecanismos para o atendimento personalizado aos usuários		STI e SPE	Em execução	90
55	PTE	7	Desenvolvimento as lacunas de competências identificadas nos servidores de TIC		STI e SGP	Em execução	70
58	PTE	8	Executar o Plano de Transformação Digital		STI	Em execução	10
92	PDI	1	Desenvolver sistema de certidão de distribuição processual online	SJU	COSIS	Não iniciada	0
93	PDI	1	Desenvolver sistema para automatização da solicitação de licenças médicas	SGP	COSIS	Em execução	85
94	PDI	1	Desenvolver sistema para cálculo de aposentadoria	SGP	COSIS	Não iniciada	0
96	PDI	1	Desenvolver sistema para controle e implantação dos reajustes das pensões com PARIDADE e utilização do índice fornecido pelo RGPS (Lei nº 10.887/2004)	SGP	COSIS	Não iniciada	0
102	PDI	1	Executar plano de ação de acessibilidade dos sítios do TRE/CE	CPCAI	COSIS e SEWEB	Em execução	66
114	PDI	4	Aprimorar a implantação dos processos de Gerenciamento de Nível de Serviço, Gerenciamento de Problemas, Gerenciamento do Catálogo de Serviços, Gerenciamento de Liberação de software, Gerenciamento de Mudanças de software	STI	STI	Em execução	75
116	PDI	6	Montagem de site backup	STI	COINT	Em execução	30
119	PDI	8	Revisar a Portaria 1.710/2015 (nova lei de contratações)	STI	COINT	Em execução	90
Total							17

3. Metodologia de revisão do PDTIC para 2026

3.1. Premissas metodológicas

A revisão do PDTIC para 2026 foi conduzida com as seguintes premissas:

- Planejamento orientado por necessidades: seleção de ações a partir do Inventário de Necessidades priorizado.
- Rastreabilidade: toda ação relevante para 2026 deve possuir vínculo explícito a uma necessidade (ou justificativa formal de manutenção por obrigação normativa/transversal).
- Exequibilidade: as entregas devem ser compatíveis com capacidade das equipes, orçamento e prazos do exercício.
- Transparência decisória: decisões de inclusão/exclusão/adiamento devem ser registradas com justificativa objetiva (risco, custo, capacidade, dependências, mudança de contexto).
- Monitoramento contínuo: definição de mecanismos de acompanhamento (indicadores, cadência de reporte e governança).

3.2. Insumos e bases de evidência

A revisão utilizou como insumos principais:

1. PDTIC 2021-2026 (documento original), especialmente o conjunto de ações/atividades organizado por planos (PTE, PTS, LGPD, PDI, PTD).
2. Inventário de Necessidades priorizado e aprovado, contendo identificação, descrição e priorização por critérios multicritério (ex.: gravidade, urgência, tendência, abrangência, determinação, esforço e prioridade final).
3. Plano de Ação do procedimento de revisão, definindo fases, entregáveis e prazos da revisão.
4. Matriz de rastreabilidade Necessidade → Ação, elaborada a partir do cruzamento entre inventário e ações do PDTIC original, com validação prevista pelas instâncias de governança.

3.3. Processo de revisão

A revisão foi estruturada nas seguintes etapas:

Etapas 1 — Consolidação do baseline do PDTIC 2021-2026

Consolidação das ações/atividades do plano original, consolidando as iniciativas dos planos em uma lista renumerada, uma vez que, ao longo do período, foram identificadas repetições de iniciativas e numerações duplicadas no plano original. Foram preservadas as descrições originais das iniciativas.

Etapas 2 — Levantamento e priorização das necessidades

Consolidação do Inventário de Necessidades e validação no colegiado competente, o que foi realizado no âmbito do processo SEI TRE-CE nº 2024.0.000008401-1.

Etapas 3 — Rastreabilidade (Inventário → PDTIC)

Associação de cada necessidade a uma ou mais ações/atividades do PDTIC original.

Etapas 4 — Priorização das demandas pelo CGTIC

Análise, pelo colegiado do CGTIC, das demandas relacionadas e sua priorização, conforme critérios detalhados na próxima seção.

Etapas 5 — Consolidação e validação do portfólio 2026

Seleção do conjunto final de ações/entregas para 2026, com definição de responsáveis e prazos, e validação pelas áreas técnicas de TIC.

Etapas 6 — Aprovação superior

Submissão às instâncias de governança de TIC para deliberação e aprovação.

Etapas 7 — Publicação e comunicação

Publicação do PDTIC revisado para 2026 e comunicação às áreas interessadas.

3.4. Critérios de priorização e decisão

O portfólio de iniciativas para 2026 foi consolidado a partir do Inventário de Necessidades priorizado, observando:

- **Gravidade:** avaliação dos efeitos para a instituição em caso de não realização da demanda.
- **Urgência:** tempo tolerável para a execução do projeto ou resolução do problema.

- **Tendência:** Probabilidade de agravamento da situação-problema se a demanda não for atendida.
- **Abrangência:** escopo de abrangência dos beneficiários da solução.
- **Determinação:** origem da determinação de realização do projeto ou da demanda.
- **Complexidade:** grau de complexidade técnica da demanda e sua solução.
- **Expertise:** Disponibilidade de pessoal especializado nas equipes técnicas do TRE/CE para implementação da solução ou execução da tarefa.
- **Necessidade de Contratação:** se a demanda requer ou não contratação.
- **Custo:** custo estimado da solução para a demanda, em termos percentuais do orçamento anual médio da área de TIC do tribunal.

A Figura 1 apresenta os quadros dos critérios de priorização acima descritos, detalhando os valores possíveis de cada critério em cada projeto. As fórmulas de cálculo do esforço e da prioridade são as seguintes:

$$G_e = \frac{G_c \times G_x \times C}{3}$$

$$P = \frac{G_g \times G_u \times G_t \times G_a \times D}{G_e \times V}$$

onde:

- G_e é o grau de esforço;
- G_e é o grau de expertise existente no Tribunal;
- C é o valor correspondente à necessidade ou não de contratação;
- G_g é o nível da gravidade;
- G_u é o grau de urgência;
- G_t representa a tendência de piora da situação-problema;
- G_a é o grau de abrangência da demanda;
- D é o valor correspondente à origem da determinação de realização do projeto;
- V é o percentual estimado do orçamento anual da TIC requerido pela demanda; e, finalmente,
- P é o valor da prioridade da demanda. Quanto maior, mais prioritária é a demanda, o que indica sua posição na fila de realizações previstas para a STI ao longo de 2026.

3.5. Priorizações das Demandas

As discussões técnicas de priorização das demandas foram realizadas no contexto das reuniões do Comitê de Gestão de TIC (CGTIC) realizadas em janeiro de 2026. Foram seis encontros realizados nos dias 14, 15, 16, 20 e 23 de janeiro de 2026. Os detalhes das deliberações constam das atas consolidadas destas reuniões, mantidas no processo SEI TRE-CE nº 2026.0.000001461-0.

O Quadro 2 apresenta as demandas priorizadas pelo CGTIC. Especificamente, foram marcados com o rótulo “Revisão PDTIC 2026” aquelas demandas que: (1) não possuem correspondência no PDTIC 2021-2026 original, ou (2) possuem correspondência no PDTIC original que foram consideradas concluídas. Adicionalmente, foram marcadas com o rótulo “Revisão PTD 2026” as demandas que, além de serem novas em relação ao PDTIC original, são integrantes do Plano de Transformação Digital (PTD).

Gravidade	Peso	Urgência	Peso	Tendência	Peso	Abrangência	Peso		
Sem gravidade	1	Pode esperar	1	Sem tendência de piorar	1	Setorial	1		
Pouco grave	2	Pouco urgente	2	Piorar em longo prazo	2	Secretarias	2		
Grave	3	Urgente, merece atenção no curto prazo	3	Piorar em médio prazo	3	Zonas Eleitorais	3		
Muito grave	4	Muito urgente	4	Piorar em curto prazo	4	Institucional	4		
Extremamente grave	5	Necessidade de ação imediata	5	Agravar rápido	5	Sociedade	5		

Quais os efeitos para a instituição em caso da não execução do projeto ou não tratamento do problema?	Qual é o tempo tolerável para a execução do projeto ou para a resolução do problema?	Qual a probabilidade de agravamento do problema se a solução/projeto não for implementada?	Quantas pessoas serão impactadas pela implementação do projeto ou pela resolução do problema?	
---	--	--	---	--

Complexidade	Peso	Expertise	Peso	Contratação	Peso	Custo	Peso
Baixa	1	Especialista	1	Não	1	Sem Custo	1
Média	2	Básico	2	Sim	2	Baixo (menor que 2%)	2
Alta	3	Inexperiente	3			Médio (entre 2,01 % e 10%)	3
						Alto (entre 10,01% a 30%)	2
						Muito alto (maior que 30%)	1

Qual a complexidade do projeto/problema?	Qual o nível expertise da minha equipe para implementação/tratamento do projeto/problema?	A implementação/tratamento do projeto/ demanda exige alguma contratação específica?	Qual o custo do projeto em relação ao orçamento total de TIC no referido ano?
--	---	---	---

Figura 1. Critérios de Priorização de Projetos de TIC

Quadro 2. Priorização das Demandas de TIC para 2026

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Abrangência	Determinação	Complexidade	Expertise	Contratação	Custo	Prioridade
Projeto Backbone Secundário	Extremamente grave	Necessidade de ação imediata	Agravar rápido	Institucional	Presidência, Corregedoria ou Pleno	Média	Especialista	Sim	Muito alto (maior que 30%)	1500.00
Projeto Windows Server 25	Muito grave	Necessidade de ação imediata	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Alto (entre 10,01% a 30%)	1200.00
Sistema de comprovante anual de retenção (SisForn TRE-PE)	Muito grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	Secretários	Baixa	Especialista	Não	Sem Custo	1152.00
Projeto Reposicionamento WAF (Apps, DMZ, VPN)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Sem Custo	1080.00
Projeto AD 2025 (Unificação-Títulos e Migração-Nomes)	Extremamente grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	Secretários	Média	Especialista	Não	Sem Custo	960.00
Projeto MFA-SEI	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Sem Custo	810.00
Projeto iGovTIC 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Especialista	Não	Sem Custo	720.00
Projeto Atualização Carta de Serviços - REVISÃO PDTIC 2026	Pouco grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Sociedade	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Sem Custo	675.00
Projeto Site Backup (Fase 1 - Contratação dos links Fase 2 - Upgrade memória Simplivity Fase 3 - Moving: Swiches, Simplivity Fase 4 - Aquisição de firewalls, Exagrid e robô de Fita Fase 5 - Contratação de link internet na JF e habiliação de serviço Arbiter na nuvem)	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Especialista	Sim	Muito alto (maior que 30%)	640.00

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Abrangência	Determinação	Complexidade	Expertise	Contratação	Custo	Prioridade
Projeto VPN Zonas (Firewall - VPN)	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Básico	Não	Sem Custo	640.00
Projeto Portal de Governança de TIC (Painéis e Portal da Transparência) - REVISÃO PDTIC 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Especialista	Não	Sem Custo	540.00
Livros Cartorários (PTD) - REVISÃO PTD 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Zonas Eleitorais	Presidência, Corregedoria ou Pleno	Média	Especialista	Não	Sem Custo	486.00
SEI 4.1 - PTD	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Média	Especialista	Não	Sem Custo	486.00
Chat Corregedoria (PTD) - REVISÃO PTD 2026	Pouco grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Presidência, Corregedoria ou Pleno	Média	Especialista	Não	Sem Custo	432.00
Projeto Nova Intranet (Migração Plone) - REVISÃO PDTIC 2026	Pouco grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Presidência, Corregedoria ou Pleno	Média	Especialista	Não	Sem Custo	432.00
Projeto Backup 2026 (FASE 1 - 2026 Revisão Política, Implantação do Servidor e Aquisição Fitas FASE 2 - 2027 Aquisição do Exagrid e Robô de fita FASE 3 - 2027 Implantação dos ativos no projeto siteBackup)	Extremamente grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	400.00
Projeto Renovação Garantias (Switches, Controladoras, ClearPass etc)	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Baixa	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	384.00
Projeto Padronização de Ativos ZEs - Final do Alistamento	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Zonas Eleitorais	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Baixo (menor que 2%)	360.00

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Abrangência	Determinação	Complexidade	Expertise	Contratação	Custo	Prioridade
Projeto Suporte Infra Eleições 2026 (Final de alistamento, IA, geração de mídia, carga de urnas, votação paralela, registro de candidatura, JE Connect etc)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Sociedade	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Alto (entre 10,01% a 30%)	337.50
Projeto Aquisições Nacionais Eleições 2026 (TSE e TREs)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Baixa	Especialista	Sim	Baixo (menor que 2%)	324.00
Projeto Migração IA 2026 (FASE 1 - Aquisição: VoIP, notebook, estabilizador , no-break e webcam FASE 2 - Viagens de distribuição e configuração)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Média	Especialista	Não	Baixo (menor que 2%)	324.00
SIDEP (SEP/Dia) - PTD	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Alta	Especialista	Não	Sem Custo	324.00
Projeto E2D (Observatório de Dados) - REVISÃO PDTIC 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Secretarias	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Especialista	Não	Sem Custo	270.00
Projeto Inventário de Ativos (Fase 1 - Treinamento Ivanti Fase 2 - Implantação do Ivanti Fase 3 - Integração Ivanti - ServiceNow (CMDB) I)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	Secretários	Média	Básico	Não	Sem Custo	216.00
Sistema de Contratos	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Secretarias	Comissões e Comitês	Alta	Especialista	Não	Sem Custo	216.00
Projeto Coyote - REVISÃO PDTIC 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Setorial	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Sem Custo	202.50
Projeto Migração Servidores Linux	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	180.00

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Abrangência	Determinação	Complexidade	Expertise	Contratação	Custo	Prioridade
Projeto Peticionamento SEI (PTD)	Pouco grave	Pouco urgente	Sem tendência de piorar	Sociedade	Comissões e Comitês	Baixa	Especialista	Não	Sem Custo	180.00
Projeto Segmentação de Rede (Fase 1 - Proteção prévia via regra em firewall Fase 2 - Aquisição dos firewall Fase 3 - Implantação)	Muito grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Especialista	Sim	Alto (entre 10,01% a 30%)	180.00
Modernização/Aperfeiçoamento do sistema SCDM. REVISÃO PDTIC 2026	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Setorial	Secretários	Baixa	Especialista	Não	Sem Custo	162.00
Projeto Hiperconvergência	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Alta	Especialista	Sim	Muito alto (maior que 30%)	162.00
FPLENO (PTD)	Pouco grave	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	Secretarias	Comissões e Comitês	Baixa	Especialista	Não	Sem Custo	144.00
Projeto 802.1X	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	135.00
Projeto CE1 - Oracle (Fase 1 - Aquisição e instalação dos servidores Fase 2 - Aquisição do pacote Oracle Security para DG2)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	135.00
Projeto Datacenter Seguro	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Básico	Sim	Muito alto (maior que 30%)	135.00
Projeto Padronização de Ativos Sede (Computadores, VoIP, impressoras, headset, webcam, notebooks - Sede e Zonas)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Média	Especialista	Sim	Alto (entre 10,01% a 30%)	121.50
Projeto Compliance Cibersegurança (TSE - CIS Controls)	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	Institucional	TCU, CNJ ou TSE	Alta	Básico	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	106.67

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Abrangência	Determinação	Complexidade	Expertise	Contratação	Custo	Prioridade
Balcão Virtual (implantar TJDF ou desenvolver)	Sem gravidade	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	Sociedade	TCU, CNJ ou TSE	Média	Especialista	Não	Baixo (menor que 2%)	75.00
NUDOC - PTD	Pouco grave	Pode esperar	Piorar em longo prazo	Institucional	Comissões e Comitês	Média	Especialista	Não	Sem Custo	72.00
Contração de ferramenta de IA para desenvolvimento	Pouco grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Setorial	Secretários	Baixa	Especialista	Não	Baixo (menor que 2%)	54.00
Contratação BI Explorer	Pouco grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em médio prazo	Setorial	Secretários	Baixa	Especialista	Não	Baixo (menor que 2%)	54.00
Painel BI URNAS (PTD) - A CANCELAR	Pouco grave	Pouco urgente	Sem tendência de piorar	Setorial	Comissões e Comitês	Baixa	Especialista	Não	Sem Custo	36.00
ContrataAI (PTD) - REVISÃO PTD 2026	Pouco grave	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	Secretarias	Presidência, Corregedoria ou Pleno	Alta	Básico	Não	Sem Custo	32.00
Automação COJUD (PTD) - REVISÃO PTD 2026	Pouco grave	Pouco urgente	Sem tendência de piorar	Secretarias	Secretários	Baixa	Básico	Não	Sem Custo	24.00
Projeto Conectividade Wifi Sede (Aquisição de APs cobertura de sombra, ampliação de cobertura, substituição dos AP Aruba e reserva técnica)	Pouco grave	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	Institucional	Secretários	Média	Especialista	Sim	Baixo (menor que 2%)	24.00
Integração do OmniChannel com sistemas internos/ELO - REVISÃO PDTIC 2026	Pouco grave	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	Setorial	Secretários	Média	Básico	Não	Sem Custo	12.00
Contratação de mão de obra para sustentação de software (projeto ou posto de trabalho)	Grave	Urgente, merece atenção no curto prazo	Piorar em longo prazo	Setorial	Secretários	Alta	Especialista	Sim	Médio (entre 2,01 % e 10%)	6.00

4. Revisão do PDTIC e elaboração do Plano de Ação para 2026

As etapas 3, 4 e 5, elencadas na seção 3.3 – Processo de revisão foram realizadas nas reuniões de planejamento do CGTIC, a partir das demandas priorizadas.

A etapa 6 foi realizada na reunião do Comitê de Governança de TIC (CGovTIC) realizada na data de 30/01/2026, que modificou a priorização de alguns projetos, notadamente aqueles vinculados à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), que receberam prioridade mais alta para atendimento pela Coordenadoria de Sistemas da STI (COSIS).

O Quadro 3 consolida o Plano de Ação da STI para 2026, representando as novas iniciativas que deverão ser incorporadas ao PDTIC revisado para o exercício.

Quadro 3. Plano de Ação do PDTIC revisado pelo CGTIC e pelo CGovTIC para 2026

ID	Ano	Projeto	Prioridade	Tipo	Indicador	Meta	Início	Fim	Unidade Demandante	Unidades Executoras	Unidade Gestora	Iniciativa PDTIC (2026)
28	2026	Projeto Backbone Secundário	1500.00	Infraestrutura	Percentual de implantação dos links nas zonas do Interior	100%	agosto, 2025	maio, 2026	STI	COINT REDES	COINT	43
9	2026	Projeto Windows Server 25	1200.00	Infraestrutura	Percentual de servidores Windows atualizados para versão 2025	100%	janeiro, 2026	março, 2026	STI	COINT REDES	COINT	43
68	2026	Sistema de comprovante anual de retenção (SisForn TRE-PE)	1152.00	Sistema	Implantação do sistema	100%	janeiro, 2026	fevereiro, 2026	SOF	SEDSC	COSIS	
11	2026	Projeto Reposicionamento WAF (Apps, DMZ, VPN)	1080.00	Segurança	Percentual de aplicações críticas protegidas pelo WAF	100%	junho, 2025	maio, 2026	STI	CIBER COSIS	CIBER	43
3	2026	Projeto AD 2025 (Unificação-Títulos e Migração-Nomes)	960.00	Segurança	Percentual de contas migradas para a nova estrutura do AD.	100%	fevereiro, 2026	junho, 2026	STI	CIBER COINT	CIBER	43
4	2026	Projeto MFA-SEI	810.00	Segurança	Percentual de usuários internos e externos do SEI utilizando MFA ativo	100%	março, 2026	maio, 2026	STI	CIBER COSIS	CIBER	
63	2026	Projeto iGovTIC 2026	720.00	Governança	Percentual de maturidade de governança	90%	janeiro, 2026	junho, 2026	STI	COGOV	COGOV	1
62	2026-2027	Projeto Atualização Carta de Serviços - REVISÃO PDTIC 2026	675.00	Transformação Digital	Percentual de serviços digitais disponibilizados para a sociedade	95%	janeiro, 2026	junho, 2026	STI	COSIS COGOV	COSIS	58, 114
13	2026	Projeto VPN Zonas (Firewall - VPN)	640.00	Segurança	Percentual de Zonas Eleitorais conectadas pela nova VPN	100%	novembro, 2025	fevereiro, 2026	STI	CIBER	CIBER	43
21	2026-2027	Projeto Site Backup (Fase 1 - Contratação dos links Fase 2 - Upgrade memória Simplivity Fase 3 - Moving: Swtiches, Simplivity Fase 4 - Aquisição de firewalls, Exagrid e robô de Fita Fase 5 - Contratação de link internet na JF e habiliação de serviço Arbiter na nuvem)	640.00	Infraestrutura	Percentual de implantação as fases do projeto	60%	junho, 2025	dezembro, 2026	STI	REDES COINT	COINT	43, 116
64	2026	Projeto Portal de Governança de TIC (Painéis e Portal da Transparência)	540.00	Governança	Percentual de quesitos do Ranking Transparência incorporados ao painel	100%	janeiro, 2026	março, 2026	STI	COGOV SADAD	COGOV	1, 102, 114
42	2026	SEI 4.1 - PTD	486.00	Sistema	Implantação da nova versão do SEI	100%	novembro, 2025	fevereiro, 2026	ARQ	NBD NIS REDES	COSIS	
47	2026	Livros Cartorários (PTD) - REVISÃO PTD 2026	486.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	novembro, 2025	dezembro, 2026	CRE CAJUC	SEDSC	COSIS	
36	2026	Chat Corregedoria (PTD) - REVISÃO PTD 2026	432.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	setembro, 2025	março, 2026	CRE	LIODS NIA	COSIS	
61	2026	Projeto Nova Intranet (Migração Plone) - REVISÃO PDTIC 2026	432.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	outubro, 2025	dezembro, 2026	PRESI	LIODS SEWEB	COSIS	102
27	2026	Projeto Backup 2026 (FASE 1 - 2026 Revisão Política, Implantação do Servidor e Aquisição Fitas FASE 2 - 2027 Aquisição do Exagrid e Robô de fita FASE 3 - 2027 Implantação dos ativos no projeto siteBackup)	400.00	Segurança	Percentual de implementação da FASE 1 (2026) Percentual de implementação da FASE 2 (2026) Percentual de implementação da FASE 3 (2027)	100% 50% 100%	janeiro, 2026	janeiro, 2027	STI	CIBER	CIBER	43

ID	Ano	Projeto	Prioridade	Tipo	Indicador	Meta	Início	Fim	Unidade Demandante	Unidades Executoras	Unidade Gestora	Iniciativa PDTIC (2026)
22	2026	Projeto Renovação Garantias (Switches, Controladoras, ClearPass etc)	384.00	Infraestrutura	Percentual de equipamentos com garantia atualizada e vigente	100%	setembro, 2025	março, 2026	STI	COINT REDES	COINT	43
17	2026	Projeto Padronização de Ativos ZEs - Final do Alistamento	360.00	Infraestrutura	Percentual de ZEs com parque computacional padronizado	100%	outubro, 2025	março, 2026	STI	COINTSATI CSESAT	COINT	43, 44
67	2026	Projeto Suporte Infra Eleições 2026 (Final de alistamento, IA, geração de mídia, carga de urnas, votação paralela, registro de candidatura, JE Connect etc)	337.50	Infraestrutura	Percentual da prestação do serviço a todos os projetos	100%	abril, 2026	outubro, 2026	STI	REDES NDB SATIC SESAT CIBER	COINT	43, 50
26	2026	Projeto Migração IA 2026 (FASE 1 - Aquisição: VoIP, notebook, estabilizador , no-break e webcam FASE 2 - Viagens de distribuição e configuração)	324.00	Infraestrutura	Percentual de ZEs migradas	100%	fevereiro, 2026	agosto, 2026	STI	SATIC COGOV SESAT	COINT	43, 44
30	2026	Projeto Aquisições Nacionais Eleições 2026 (TSE e TREs)	324.00	Infraestrutura	Percentual de aquisições contratadas	100%	fevereiro, 2026	agosto, 2026	STI	SATIC COGOV SESAT	COINT	43
41	2026	SIDEP (SEP/Dia) - PTD	324.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	junho, 2025	março, 2026	SOF	SEDSC	COSIS	58
55	2026	Projeto E2D (Observatório de Dados) - REVISÃO PDTIC 2026	270.00	Sistema	Sustentação do sistema	100%	outubro, 2025	abril, 2026	SJU	NIS ASPEG	COSIS	
18	2026	Projeto Invetário de Ativos (Fase 1 - Treinamento Ivanti Fase 2 - Implantação do Ivanti Fase 3 - Integração Ivanti - ServiceNow (CMDDB))	216.00	Infraestrutura	Percentual de ativos identificados e registrados no inventário	100%	fevereiro, 2026	agosto, 2026	STI	SATIC SESAT REDES	COINT	7, 55
46	2026	Sistema de Contratos	216.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	dezembro, 2025	março, 2026	STI	COSIS	COSIS	119
54	2026	Projeto Coyote - REVISÃO PDTIC 2026	202.50	Sistema	Implantação do sistema	100%	setembro, 2025	março, 2026	SGP	SEDSC	COSIS	7
5	2026-2027	Projeto Segmentação de Rede (Fase 1 - Proteção prévia via regra em firewall Fase 2 - Aquisição dos firewall Fase 3 - Implantação)	180.00	Segurança	Percentual de execução da fase 1 e 2 do projeto	50%	fevereiro, 2026	dezembro, 2026	STI	CIBER	CIBER	7, 43, 55
7	2026-2027	Projeto Migração Servidores Linux	180.00	Infraestrutura	Percentual de servidores Linux migrados para a nova versão/ambiente	50%	março, 2026	dezembro, 2026	STI	COSIS COINT	COSIS	43
31	2026	Projeto Peticionamento SEI (PTD)	180.00	Sistema	Implantação do sistema	100%	março, 2026	maio, 2026	ARQ	COSIS NIS	COSIS	58
29	2026-2027	Projeto Hiperconvergência	162.00	Infraestrutura	Percentual de serviços críticos migrados para a infraestrutura hiperconvergente	100%	fevereiro, 2026	junho, 2027	STI	COINT	COINT	43, 44
52	2026	Modernização/Aperfeiçoamento do sistema SCDM. REVISÃO PDTIC 2026	162.00	Sistema	Sustentação do sistema	100%	abril, 2026	junho, 2026	STI	SEWEB	COSIS	
35	2026	FPLENO (PTD)	144.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	agosto, 2025	julho, 2026	STI	SEDSC	COSIS	
1	2026-2027	Projeto Datacenter Seguro	135.00	Infraestrutura	Percentual de controles de segurança implementados no datacenter.	100%	novembro, 2025	dezembro, 2027	STI	COINT	COINT	43, 44

ID	Ano	Projeto	Prioridade	Tipo	Indicador	Meta	Início	Fim	Unidade Demandante	Unidades Executoras	Unidade Gestora	Iniciativa PDTIC (2026)
6	2026	Projeto 802.1X	135.00	Infraestrutura	Percentual de portas de rede autenticadas via 802.1X	100%	janeiro, 2026	março, 2026	STI	COINT REDES	COINT	43
10	2026	Projeto CE1 - Oracle (Fase 1 - Aquisição e instalação dos servidores Fase 2 - Aquisição do pacote Oracle Security para DG2)	135.00	Infraestrutura	Percentual de funcionalidades de serviços críticos Oracle com segurança ativadas	100%	fevereiro, 2026	abril, 2026	STI	COINT NBD	COINT	43, 44
14	2026	Projeto Padronização de Ativos Sede (Computadores, VoIP, impressoras, headset, webcam, notebooks - Sede e Zonas)	121.50	Infraestrutura	Percentual de estações e periféricos padronizados na Sede	100%	dezembro, 2025	agosto, 2026	STI	SATIC SESAT	COINT	43, 44
2	2026-2027	Projeto Compliance Cibersegurança (TSE - CIS Controls)	106.67	Segurança	Percentual de aderência aos CIS Controls aplicáveis.	50%	março, 2026	dezembro, 2026	STI	CIBER	CIBER	7, 55
56	2026	Balcão Virtual (implantar TJDF ou desenvolver)	75.00	Sistema	Percentual das serventias com balcão virtual implantado	100%	janeiro, 2026	junho, 2027	CRE SJU	COSIS	COSIS	58
43	2026	NUDOC - PTD	72.00	Sistema	Sustentação do sistema	100%	janeiro, 2026	junho, 2027	ARQ	COSIS	COSIS	58
44	2026	ContrataAI (PTD) - REVISÃO PTD 2026	64.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	junho, 2025	abril, 2026	PRESISAD	LIODSNIA	COSIS	58
57	2026	Contração de ferramenta de IA para desenvolvimento	54.00	Aquisição	Aquisição da licença	100%	fevereiro, 2026	setembro, 2026	STI	NIA SEDSC COGOV	COSIS	
58	2026	Contratação BI Explorer	54.00	Aquisição	Aquisição da licença	100%	fevereiro, 2026	setembro, 2026	STI	SADAD COGOV	COSIS	
40	2026	Painel BI URNAS (PTD) - A CANCELAR	36.00	Sistema	Implantação do sistema	100%	março, 2026	julho, 2026	SEC	SADAD	COSIS	58
16	2026	Projeto Conectividade Wifi Sede (Aquisição de APs cobertura de sombra, ampliação de cobertura, substituição dos AP Aruba e reserva técnica)	24.00	Infraestrutura	Percentual de cobertura Wi-Fi plena na Sede	100%	outubro, 2025	dezembro, 2026	STI	COINT REDES	COINT	43
45	2026	Automação COJUD (PTD) - REVISÃO PTD 2026	24.00	Sistema	Desenvolvimento do sistema	100%	outubro, 2025	novembro, 2025	SJU	LIODS COSIS	COSIS	58
53	2026	Integração do OmniChannel com sistemas internos/ELO - REVISÃO PDTIC 2026	12.00	Sistema	Integração dos sistemas	100%	janeiro, 2027	dezembro, 2027	SEC	COSIS	COSIS	58
Total			46									

5. Governança de acompanhamento, monitoramento e indicadores (2026)

5.1. Princípios e exigências de acompanhamento

O acompanhamento do PDTIC 2026 será estruturado para garantir: (i) rastreabilidade entre necessidades, iniciativas e resultados; (ii) monitoramento contínuo com base em indicadores; e (iii) capacidade de correção de rota (gestão de desvios e riscos). O PDTIC permanece como instrumento alinhado à ENTIC-JUD, com metas associadas a indicadores e ações do ciclo, conforme requisitos mínimos do alinhamento do PDTIC à estratégia nacional.

Além disso, o modelo de medição seguirá a abordagem OKR, adotada como instrumento de gestão da ENTIC-JUD.

5.2. Estrutura de governança e papéis

5.2.1. Instâncias e responsabilidades:

- CGovTIC e STI (nível deliberativo/estratégico)
 - delibera sobre ajustes relevantes de escopo e priorização;
 - avalia periodicamente a execução e os resultados;
 - recebe relatórios sintéticos e decide sobre medidas corretivas.
- COGOV (coordenação executiva do acompanhamento)
 - consolida informações de execução, riscos e indicadores;
 - mantém o painel de acompanhamento;
 - elabora relatórios de progresso e pauta de reuniões.
- CGTIC (nível tático e operacional)
 - reportam andamento, marcos, impedimentos e evidências;
 - atualizam status e riscos das iniciativas sob sua responsabilidade.
- Unidades demandantes (copartícipes/aceite)
 - validam entregáveis, realizam aceite e registram evidências de benefício/uso quando aplicável.

Nota: a governança deve manter aderência ao acompanhamento das metas institucionais e nacionais.

5.3. Rotina de monitoramento e cadência

Será mantido processo contínuo de monitoramento e avaliação por meio das reuniões periódicas do CGovTIC e CGTIC, relatórios de progresso, avaliação de desempenho baseada em indicadores e uso de painéis.

Cadência (2026):

- Quinzenal (CGTIC, operacional): atualização de status das iniciativas e riscos no painel; reunião de acompanhamento STI/gestores.
- Mensal (governança): reunião CGovTIC com relatório consolidado (status, marcos, riscos críticos, decisões necessárias).
- Trimestral (nacional/maturidade): consolidação das evidências e resultados para mecanismos nacionais, com destaque para o iGovTIC-JUD como acompanhamento anual da ENTIC-JUD.

5.4. Painel de acompanhamento e artefatos de evidência

O acompanhamento dos indicadores do PDTIC deve ocorrer por painel, com atualização das metas e baselines nas revisões.

Artefatos mínimos (2026):

1. Painel PDTIC 2026 (OKR/KR + Iniciativas)
 - o visão por KR (baseline, meta, realizado, tendência);
 - o visão por iniciativa (marcos, status, riscos, dependências, evidências).
2. Relatório de Progresso (mensal)
 - o status executivo (verde/amarelo/vermelho), principais entregas do mês, impedimentos e próximos passos.
3. Relatório Trimestral ao CGovTIC
 - o consolidado por macroprograma, com propostas de decisão (replanejamento, reforço de capacidade, priorização).
4. Repositório de Evidências
 - o atas/decisões, termos de aceite, relatórios técnicos, evidências de teste/implantação, evidências de conformidade.

5.5. Gestão de indicadores (KRs) e critérios de apuração

Os KRs do PDTIC permanecerão como referência de resultado (mensuração), respeitando que metas e baselines são atualizados nas revisões e monitorados por painel.

Para cada KR (modelo de ficha de indicador):

- KR / Objetivo associado
- Fórmula de apuração (como medir)
- Baseline e meta 2026
- Periodicidade (quinzenal/mensal/trimestral/anual)
- Responsável pela apuração
- Fonte de dados (sistema, planilha, ferramenta)
- Evidência mínima (relatório exportado, print, ata, registro em sistema)

5.6. Gestão de desvios, mudanças e replanejamento

Para garantir exequibilidade no ano final do ciclo:

- Gatilhos de replanejamento: atraso crítico de contratação, indisponibilidade de capacidade, risco alto materializado, mudança normativa relevante.
- Fluxo de controle de mudanças (mínimo): proposta (gestor) → análise de impacto (COGOV/STI) → deliberação (CGovTIC quando afetar prioridade/escopo) → registro em ata e atualização do painel.
- Registro obrigatório: justificativa, impacto em prazo/custo/resultados, mitigação e nova linha de base.

5.7. Transparência e integração com avaliação nacional

O monitoramento deve produzir evidências consistentes, dado que diagnósticos e mecanismos nacionais (ex.: iGovTIC-JUD) podem requerer evidências comprobatórias e têm finalidade de transparência e evolução de maturidade.

6. Riscos, premissas e dependências para execução do PDTIC em 2026

6.1. Referencial mínimo de gestão de riscos e continuidade

A execução do PDTIC 2026 deve ser conduzida sob uma abordagem estruturada de gestão de riscos e continuidade, em conformidade com as exigências normativas do CNJ:

- elaboração de Plano de Gestão de Continuidade de Negócios/Serviços (PCN), com estratégias e planos de ação para assegurar serviços essenciais diante de falhas;
- elaboração de Plano de Gestão de Riscos de TIC (PGR), com foco em continuidade, manutenção dos serviços e alinhamento ao plano institucional de riscos;
- adoção de práticas e processos de segurança da informação e proteção de dados (LGPD).

Adicionalmente, as ações de segurança cibernética devem se apoiar em um sistema de gestão baseado em riscos, contemplando resposta a incidentes, continuidade e comunicação interna/externa.

6.2. Premissas (assunções) para o exercício de 2026

Para efeito de planejamento e controle, adota-se como premissas mínimas:

1. Orçamento e contratações: haverá disponibilidade orçamentária e capacidade de execução do PCA/contratações necessárias às iniciativas críticas (licenças, conectividade, segurança e infraestrutura).
2. Capacidade operacional: as unidades executoras manterão força de trabalho suficiente (quantidade e perfil) para sustentação e entregas planejadas.
3. Governança ativa: as instâncias de governança deliberarão tempestivamente sobre replanejamentos, priorizações e decisões de risco, mantendo evidências e registros para auditoria.
4. Integrações e dependências externas: dependências de soluções nacionais/órgãos superiores (ex.: TSE/CNJ) e de fornecedores serão tratadas com antecedência, com gestão de prazos e riscos de entrega.

-
5. Manutenção de planos-produto: PCN, PGR, PSI/POSIC e demais planos derivados permanecerão atualizados e operacionalizados, conforme natureza “planos produto” já prevista no PDTIC original.

6.3. Dependências críticas (2026)

As iniciativas do portfólio 2026 dependem, tipicamente, de:

- Dependências orçamentárias e de contratação: renovações/aquisições e serviços essenciais; atrasos impactam diretamente continuidade e segurança (principalmente iniciativas de infraestrutura e segurança).
- Dependências de governança e áreas demandantes: ações cuja execução depende de unidades fora da TI já figura como risco no PDTIC original (“não execução de ações sob a responsabilidade de unidades fora da TI”).
- Dependências de continuidade e segurança: manutenção/atualização de PCN e PGR (obrigatórios) e estrutura de resposta a incidentes e comunicação.
- Dependências de diretrizes externas: mudanças normativas e exigências de órgãos de controle (“novas exigências legais”, “notificação de órgãos de controle”).

6.4. Registro de riscos 2026 (matriz consolidada)

A seguir, no Quadro 4, uma matriz de riscos para 2026, derivada do levantamento geral de riscos do PDTIC original e ajustada ao contexto do ano final do ciclo.

Quadro 4. Riscos principais, gatilhos e respostas

ID	Risco (2026)	Evidência no ciclo	Impacto típico	Gatilhos (indicadores)	Resposta (mitigação/contingência)	Responsável
R-01	Não execução por insuficiência orçamentária	“falta de recursos orçamentários”	paralisa contratações e entregas críticas	PCA atrasado; dotações insuficientes; licenças vencendo	priorizar itens críticos; escalonar entregas; plano de contingência para serviços essenciais (PCN)	STI/áreas gestoras
R-02	Atrasos em contratações e aquisições	associado a execução do plano	atraso em marcos; risco de descontinuidade	ETP/TR tardios; licitação fracassada; fornecedor sem entrega	antecipação de planejamento; gestão de prazos; alternativas (adesão, replanejamento)	STI/área de contratações
R-03	Falta de pessoal / perfil inadequado	“falta de pessoal”, “perfil inadequado”	queda de qualidade, atraso, indisponibilidade	aumento backlog; SLA degradado; rotatividade	fatiar entregas; reforçar capacitação; redefinir escopo e marcos	STI/gestores
R-04	Demandas não previstas competindo com o portfólio	“demandas não previstas”	desvio de esforço, atraso de iniciativas	incidentes recorrentes; demandas emergenciais	“janela trimestral” de replanejamento; reserva de capacidade; triagem por risco/criticidade	STI/CGovTIC
R-05	Não aderência a normativos / auditorias	“não aderência aos normativos”	apontamentos; retrabalho; riscos institucionais	mudança CNJ/TSE; achados de auditoria	trilha de conformidade; evidências; atualização de políticas e planos (PGR/PCN/segurança)	STI/assessorias
R-06	Incidentes cibernéticos e/ou violação de dados	exigência de SGSI baseado em riscos	indisponibilidade; dano reputacional; sanções	aumento de eventos; vulnerabilidades críticas; phishing	fortalecer ETIR/processos; comunicação; continuidade e restabelecimento; PGR/PCN	SESI/ETIR/COINT
R-07	Dependência de unidades fora da TI (entregas não executadas)	risco explícito no PDTIC	iniciativas travadas; benefícios não realizados	pendências de validação; ausência de aceite; falta de insumos	pactuação de responsabilidades; marcos de aceite; escalonamento em governança	STI/unidades demandantes
R-08	Mudanças de diretrizes externas (ex.: PTB, orientações superiores)	“novas exigências legais”	reescopo e repriorização	publicações novas; prazos exógenos	cláusula de replanejamento; análise de impacto; ajuste de portfólio	STI/CGovTIC

6.5. Tratamento e monitoramento dos riscos

- O acompanhamento ocorrerá no painel do PDTIC 2026, com atualização mensal e reporte trimestral à governança (Seção 5).
- Para riscos R-01/R-06, o PDTIC deve manter PCN e PGR atualizados e operacionais, com evidências de testes e medidas preventivas.
- Para riscos de conformidade e auditoria, preservar evidências documentais e decisões formais (atas/relatórios), alinhado ao dever de evidenciar práticas e resultados.

7. Transição para o PDTIC 2027-2031

7.1. Contexto e objetivo

Considerando que 2026 corresponde ao ano final do ciclo do PDTIC 2021–2026, torna-se necessário estabelecer as diretrizes de **transição** para o próximo ciclo **2027–2031**, assegurando: (i) continuidade das rotinas estruturantes de governança e conformidade; (ii) aproveitamento de lições aprendidas e evidências do ciclo encerrado; e (iii) maturidade progressiva das práticas de planejamento, execução e monitoramento de TIC.

7.2. Continuidade de iniciativas estruturantes e recorrentes

Independentemente da composição final da carteira do PDTIC 2027–2031, algumas iniciativas possuem natureza recorrente e transversal, devendo ser mantidas como rotina institucional no próximo ciclo, por serem essenciais à governança, conformidade e execução continuada de TIC. Entre elas, destacam-se:

7.2.1. Revisão periódica de planos e processos

- atualização e revisão de planos, normativos e processos críticos (ex.: gestão de riscos, continuidade, segurança da informação, privacidade/LGPD, gestão de mudanças, incidentes, catálogo de serviços e processos de desenvolvimento/sustentação).
- ciclos de revisão e melhoria contínua, com registro de versões, evidências e deliberações em governança.

7.2.2. Manutenção de rotinas de publicação de documentos e artefatos

- consolidação e publicação de artefatos de governança e gestão (planos, relatórios, indicadores, painéis, atas e registros decisórios), garantindo rastreabilidade, transparência e auditabilidade.

7.2.3. Monitoramento e avaliação contínua

- manutenção do acompanhamento por indicadores (OKR/KR), painéis de status, gestão de riscos e rotinas de reporte às instâncias de governança, com replanejamentos periódicos quando necessário.

Essas iniciativas devem ser tratadas como capacidades permanentes do órgão, e não apenas como entregas pontuais de um ciclo de PDTIC.

7.3. Planos-produto e detalhamento por processos específicos (até março/2026)

No contexto da transição, registra-se que determinados instrumentos e desdobramentos operacionais do PDTIC 2026 — especialmente aqueles que estruturam contratações e transformação digital — serão oportunamente detalhados pela STI em processos específicos, com previsão de consolidação até março de 2026, incluindo, no mínimo:

- **PTD (Plano de Transformação Digital)** – detalhamento e atualização da carteira, marcos e dependências;
- **PCA (Plano de Contratações Anual de TIC)** – consolidação do portfólio de aquisições e renovações, com prazos e responsabilidades;
- **PAC (Plano Anual de Capacitação em TIC)** – trilhas de capacitação e ações de desenvolvimento de competências;
- outros planos-produto e instrumentos correlatos que suportem a execução do portfólio (ex.: planos de riscos, continuidade, segurança, normativos e rotinas de governança).

Esses processos específicos deverão manter congruência com o PDTIC revisado (2026) e servir como base de insumos para o desenho do PDTIC 2027-2031.

7.4. Encaminhamentos para iniciar o PDTIC 2027-2031

Para garantir transição ordenada e sem descontinuidade, recomenda-se que, ainda em 2026, sejam adotados os seguintes encaminhamentos mínimos:

- **Consolidação de lições aprendidas** do ciclo 2021-2026 (entregas, atrasos, gargalos, riscos materializados e medidas eficazes).

-
- **Atualização do Inventário de Necessidades** (ou abertura do inventário 2027-2031), usando evidências de 2026 e alinhamento estratégico institucional.
 - **Definição de macroprioridades** do próximo ciclo (pilares e temas estruturantes), com base em maturidade, riscos e agenda de transformação digital.
 - **Planejamento do cronograma do PDTIC 2027-2031**, com marcos de: elaboração, validação, aprovação, publicação e início de monitoramento.

7.5. Resultado esperado da transição

Ao final do primeiro trimestre de 2026, espera-se que o órgão disponha de:

- processos específicos da STI instruídos e consolidados (PTD, PCA, PAC e correlatos);
- insumos e evidências consolidadas do ciclo 2021-2026;
- condições organizacionais e metodológicas para iniciar a elaboração do PDTIC 2027-2031 com base em necessidades, rastreabilidade e governança ativa.

